



POR UMA EDUCAÇÃO INFANTIL NA TRILHA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: O RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO

MOIMÁS, Juliana Xavier¹
FERREIRA, Viviane Jaqueline Peron²
ARAÚJO, Luciana Aparecida de³

Grupo de Trabalho (GT) 2 – Infâncias, Juventudes e Processos Educativos

RELATO DE EXPERIÊNCIA

RESUMO

O presente relato de experiência tem como objetivo refletir, no contexto de uma escola municipal de Educação Infantil do interior de São Paulo, sobre as possibilidades pedagógicas para uma Educação Infantil antirracista, consequentemente, neste relato, visamos apresentar como se deu essa proposta de ação pedagógica. Partindo do contexto educativo e de situações evidenciadas, foram articuladas diversas propostas tais como a reflexão e desnaturalização de posturas racistas dos profissionais, sensibilização dos professores durante as reuniões de planejamento pedagógico, exposição de diversos materiais, o que possibilitou a elaboração de projetos investigativos. Dentre os resultados parciais obtidos ressalta-se a quebra de alguns paradigmas e no que se refere às famílias; preconceitos estão sendo ressignificados. É necessário seguir formando gerações que modifiquem o atual estado de coisas, seguir transformando as relações imediatas do dia-a-dia, e divulgando os saberes que nos está sendo possível construir por meio da pesquisa.

Palavras-chave: Educação Infantil. Educação antirracista. Ação pedagógica.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A escola de Educação Infantil, naturalmente, se constitui como espaço de encontro para as crianças pequenas. Muito mais do que mero espaço de confinamento e contenção da infância, é neste ambiente em que se cria um lócus privilegiado para o encontro com a diversidade, para o compartilhamento de saberes, promoção e construção das culturas infantis, bem como para a defesa dos direitos educativos e sociais dos pequenos, desde que orientado na perspectiva da luta pela educação que queremos para as crianças pequenas.

Assim sendo, idealmente, a escola de Educação Infantil também se configura como território de pertencimentos, de resistência epistemológica, política e social

¹ Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília. Prefeitura Municipal de Birigui, Birigui, São Paulo. E-mail: julyanamoimas@hotmail.com / juliana.moimas@unesp.br.

² Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília. Prefeitura Municipal de Lins, Lins, São Paulo. E-mail: vjp.ferreira@unesp.br.

³ Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília. E-mail: luciana.a.araujo@unesp.br.





daqueles que trabalham com a educação da infância, enfrentando o silenciamento das vozes desse coletivo, composto por crianças e adultos, por culturas diversas, muitas vezes marginalizadas e subestimadas em seu poder de criação e reinvenção da realidade. É a reinvenção da realidade que nos interessa ao pensar na necessidade de promover, desde cedo, práticas antirracistas, reconhecendo a importância sócio-histórica e cultural das crianças e da educação para superar as problemáticas ligadas à temática étnico-racial.

Os dados são alarmantes, quando refletimos sobre as possibilidades educativas para a população afrodescendente. Para citar apenas alguns deles, entre as pessoas jovens de 14 a 29 anos que não concluíram o ensino básico, 70% pertencem à população negra. O estudo "Diagnóstico do abandono e da evasão escolar no Brasil", produzido pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, apontou, com base na Pnad Contínua Educação, 2019, que a chance de um jovem preto ou pardo de 20 a 24 anos estar fora da escola sem ter concluído o ensino médio era, naquele ano, 55% maior do que a de um jovem branco. Segundo estudo do Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dos 2,3 milhões de estudantes em escolas públicas que não possuem infraestrutura mínima, 86% são pessoas negras ou indígenas. Segundo os dados do Censo Escolar de 2021 até 2023⁴: enquanto 50,7% dos estudantes brancos frequentam escolas reconhecidas por sua infraestrutura adequada, apenas 4,9 % dos estudantes negros têm acesso a essas condições educacionais. Apenas 14,7% das (os) gestoras (es) escolares disseram ter instrumentos e materiais socioculturais e/ou pedagógicos em uso para Educação para as Relações Étnico-Raciais.

Ora, são flagrantes as desigualdades educacionais entre brancos, pardos e pretos. Neste sentido, muito maiores são as desigualdades sofridas pelas crianças pequenas, considerando a invisibilização histórica que a infância têm sofrido. Lembrando que esses dados são sistêmicos, ou seja, decorrem das contradições a que os afrodescendentes estão expostos desde o nascimento, é evidente a condição de marginalização dessas crianças, as quais muitas vezes sequer aparecem nos

⁴ Dados obtidos nos slides do encontro “100 DIAS DE PNEERQ. Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola”, promovido pelo MEC, de 20 de setembro a 03 de outubro de 2024, objetivando promover, no processo de implementação da Pneerq, o engajamento das entidades que compõem o movimento negro, atuantes na pesquisa e em espaços acadêmicos, além daquelas que militam no combate ao racismo.





dados oficiais, sofrendo dupla estigmatização. É urgente que a escola de Educação Infantil discuta tais questões.

No ambiente escolar no qual foi realizada a experiência educativa que ora descrevemos, diversas situações puderam ser observadas como mote para a iniciativa, como: falta de oferta de brinquedos representativos da diversidade, provocando a desidentificação das crianças com os objetos de sua cultura infantil e a falta de reconhecimento, por parte das crianças, de qual seria sua cor de pele (o mesmo sendo observado entre as famílias no ato da matrícula), ao mesmo tempo em que achavam “errado” dizer que os amigos eram pretos. Os professores, por sua vez, não tratavam das questões raciais nos seus planejamentos e/ou o faziam de maneira isolada (no dia da consciência negra, por exemplo) e/ou utilizando-se de estereótipos racistas, na literatura infanto-juvenil, por exemplo. Os docentes demonstravam não compreender seu papel na defesa de uma escola antirracista, uma vez que não se sentiam à vontade ou capacitados para tanto.

Não é exagero afirmar que é possível identificar os meios perversos pelos quais o racismo estrutural⁵ penetra e se perpetua na sociedade, sendo reproduzidos nesse contexto escolar.

OBJETIVOS DA AÇÃO EDUCATIVA

A experiência em andamento que ora apresentamos tem como objetivo refletir, no contexto de uma escola de Educação Infantil do interior de São Paulo, sobre as possibilidades pedagógicas para uma Educação Infantil antirracista, consequentemente, visamos apresentar uma proposta de ação pedagógica antirracista a partir da experiência realizada em uma escola municipal de Educação Infantil, na cidade de Birigui, São Paulo, no decorrer do ano de 2025.

DESCRÍÇÃO DETALHADA DA EXPERIÊNCIA

⁵ Por “racismo estrutural” entendemos um tipo de racismo que está profundamente enraizado na sociedade, manifestando-se em práticas, normas e instituições que perpetuam a desigualdade racial. O mesmo não se resume a atos individuais de preconceito, mas sim a um sistema complexo que favorece determinados grupos raciais em detrimento de outros, com base em uma hierarquia racial histórica e socialmente construída, conforme Almeida (2018) e Ribeiro (2019).





A proposta de trabalho partiu da sensibilização dos professores durante as reuniões de planejamento pedagógico realizadas em fevereiro, antes do início das aulas. Os educadores concluíram pela necessidade de trabalhar com as questões étnico-raciais, assistindo a relatos gravados das próprias crianças, onde as mesmas expunham contradições raciais (não se reconhecer como pretos e pardos, a falta de conhecimento das crianças sobre a cultura de origem africana ou entendê-la como pobre e seu pouco saber sobre objetos comuns de seu cotidiano, os quais provinham de saberes ancestrais, entre outros). Foram expostos aos professores tecidos, objetos de cerâmica, madeira, livros de literatura infanto-juvenil, cartões de curiosidades acerca da língua e culinária, bonecos e bonecas pretas e objetos artesanais, espelhos e instrumentos musicais, provocando a curiosidade sobre os mesmos. Procedimento similar foi realizado com as crianças, de forma a originar projetos de pesquisa nos quais cada turma pudesse investigar aquilo que mais lhes despertasse interesse.

Dessa exploração inicial surgiram projetos de pesquisa diversos (animais da África, do que as crianças africanas brincam, por que somos diferentes uns dos outros – cabelo e cor da pele, artesanato com cabaça, barro e argila, padronagens étnicas por meio de desenho, por exemplo), os quais continuam em desenvolvimento.

Ficou definido que em todas as turmas o aspecto da diversidade seria trabalhado, valorizando as características identitárias e familiares. Vivências culturais seriam proporcionadas pela escola para todas as turmas, como apresentações e pequenas oficinas de capoeira para pais e filhos, com participação da comunidade, oficina de danças circulares de origem africana (ciranda, maculelê, maracatu...) e palestra para os pais sobre a importância da cultura negra para a comunidade e sociedade em geral. Além disso, o fio condutor das atividades seriam livros de literatura infanto-juvenil, nos quais houvesse protagonistas negros ou em que as questões étnico-raciais fossem enfocadas, de forma a despertar a imaginação e o encantamento, por meio dos aspectos lúdicos próprios da história e cultura.

Nas reuniões de trabalho pedagógico coletivo, no âmbito da formação dos professores, a reflexão e desnaturalização de posturas racistas por parte dos profissionais envolvidos na educação das crianças partiu do conhecimento dos textos legais para a Educação para as Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2006; 2003), bem como foram utilizados textos do “Pequeno Manual Antirracista” (Ribeiro, 2019).





FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como fundamentação teórica básica para o estudo proposto para o coletivo escolar, foram utilizadas concepções básicas da Sociologia da Infância, cujos autores compreendem a infância como categoria estrutural social permanente, cujos membros operadores são as crianças que se sucedem ao longo do tempo (Qvortrup, 2010). Assim como a “adultez” e a velhice, a infância segue sendo influenciada pelos mesmos parâmetros sociais aos quais estas estão expostas, sejam eles de natureza social, econômica, política, cultural etc.

Dessa forma, faz sentido considerar que as crianças pretas e pardas sofram ainda mais com os condicionantes sociais como a pobreza e que haja a marginalização de sua cultura originária (pessoas pretas sofreram, historicamente, desde o escravismo com o silenciamento e inferiorização de suas identidades culturais, com impactos que moldaram e moldam até hoje as relações sociais, de poder e os saberes socialmente valorizados).

Ademais, conceitos como o de culturas infantis e de agência fazem especial sentido nesta experiência educativa ao lembrar os meios pelos quais as crianças produzem uma cultura ímpar. Conforme Sarmento e Pinto (1997), entender as crianças como atores sociais de pleno direito, não como “apêndices” da sociedade adulta, implica reconhecer sua capacidade de produção simbólica e a constituição das suas representações e crenças em sistemas organizados, isto é, em culturas.

Com efeito, as crianças agem também na esfera da transformação das relações sociais, conforme James (2009). Por isso, o lembramos que “[...] as crianças são agentes sociais, ativos e criativos, que produzem suas próprias e exclusivas culturas infantis, enquanto, simultaneamente, contribuem para a produção das sociedades adultas [...]” (Corsaro, 2011, p.15).

Coadunando essa percepção, concordamos com Gaitán (2015), a qual amplia a ideia de agência com a noção de protagonismo, que significa que ser protagonista ou agente de sua própria vida não significa para a criança assumir responsabilidades, mas poder decidir em liberdade, sobre as bases de uma vida digna e autodeterminada.

Tais definições representam o amparo teórico para pensar a importância da Educação Infantil na vida das crianças, oportunizando-lhes a construção de culturas infantis mais justas socialmente, quando calcadas em uma cultura institucional que



reconhece e valoriza a diversidade escolar, combate o silenciamento, invisibilização e inferiorização de identidades culturais, caminhando para práticas antirracistas.

RESULTADOS ALCANÇADOS OU INDICATIVOS DE MUDANÇA

Dentre os resultados parciais obtidos até o momento, podemos ressaltar a quebra de alguns paradigmas, tais como o receio que alguns professores tinham de tratar das questões raciais, em virtude de não compreenderem este como seu lugar de fala, como se só as pessoas pretas e os movimentos sociais fossem autorizados a defendê-las. Embora as reflexões estejam em construção, reiteramos cotidianamente o compromisso ético e político que o docente desempenha, conduzindo à compreensão crítica das escolhas que faz na escola de Educação Infantil, das liberdades que oferece às crianças, dos saberes que valoriza e das relações democráticas e solidárias que desenvolve junto aos pequenos e suas famílias.

Já é possível observar nos discursos de professores e alunos a importância de defender a cultura afro, enquanto riqueza, patrimônio coletivo brasileiro e identitário.

No que se refere às famílias, preconceitos relacionados à religiosidade, como a história dos orixás, lendas e instrumentos musicais, a exemplo do atabaque, estão sendo, pouco a pouco, ressignificados, embora consideremos que as crianças sejam os principais mecanismos para tanto e que ainda haja um longo caminho a ser percorrido, a fim de desnaturalizar posturas preconceituosas há muito cristalizadas no imaginário social, além dos erros de autoimagem que a comunidade carrega arraigados em suas formas de pensar (somos todos brancos? Pertencemos mesmo à classe média? Somos privilegiados por ter o mínimo para uma existência digna?).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Creamos que um degrau ainda precisa ser vencido pelo coletivo escolar e pela sociedade: a compreensão crítica de quais interesses estão por trás do racismo e da manutenção das condições de exclusão social dos menos favorecidos e dos discriminados de toda sorte. Esta inconsciência, contudo, faz parte da constituição do brasileiro, de forma que entendemos que nosso melhor proceder é seguir formando





gerações que modifiquem o atual estado de coisas, transformando as relações imediatas do dia-a-dia e divulgando os saberes que nos está sendo possível construir por meio da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em:
https://portal.mec.gov.br/dmddocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf . Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. **Lei 10.639/2003 de 09 de janeiro de 2003**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 24 jul. 2025.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GAITÁN, Lourdes. Protagonismo en la infancia, o la participación de los niños en los procesos de intervención social. **Servicios Sociales y Política Social**. (Abril). Vol. XXXII (107), 25-39, 2015.

INSTITUTO MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IMDS). **Diagnóstico do abandono e da evasão escolar no Brasil**. 2022. Disponível em:
<https://imdsbrasil.org/publicacao/diagnostico-do-abandono-e-da-evasao-escolar-no-brasil/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

JAMES, A. Agency. In: QVORTRUP, J.; CORSARO, W. A.; HONIG, M.S. **The Palgrave handbook of childhood studies**. London: Palgrave Macmillan, 2009, p. 34-45.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). **A PNEERQ CONVIDA: FÓRUM DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA ABPN 100 DIAS DE PNEERQ**, Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola. Slides de evento. 2024. Disponível em:
<https://www.ifstudemq.edu.br/noticias/reitoria/2024/10/pneerq/100-dias-da-pneerq-1-1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2025.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 2, p. 631-64, maio/ago., 2010.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. **As crianças e a infância**: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, M.; SARMENTO, M.J.(coords.) **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Universidade do Minho, 1997.

